

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.558.468 - MT (2019/0239150-6)

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : SANTINA MENDES CORDEIRO  
**ADVOGADOS** : JOSELITO TANIOS HAJJAR - PR064805  
PAULO ALVES NOGUEIRA - PR013148  
WILLIAN RUIZ DA SILVA - MT025599  
DAIANE CRISTINA BRITO NOGUEIRA - PR083058  
**AGRAVADO** : SEBASTIAO NOGUEIRA NETO  
**AGRAVADO** : CLAUDEMIR CARLOS NOGUEIRA JUNIOR  
**ADVOGADOS** : ROBERTO ZAMPIERI - MT004094  
IVONE CAMPOS FREIRE - MT009912

### EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E HABILITAÇÃO DE HERDEIRA NECESSÁRIA. AGRAVO CONHECIDO. AUTUAÇÃO COMO RECURSO ESPECIAL

### DECISÃO

SANTINA MENDES CORDEIRO (SANTINA) promoveu contra CLAUDEMIR CARLOS NOGUEIRA JÚNIOR E SEBASTIÃO NOGUEIRA NETO (CLAUDEMIR e outro), ação de reconhecimento e habilitação de herdeira necessária alegando que conviveu em união estável com Claudemir Carlos Nogueira (pai dos recorridos já falecido) por 18 anos.

Requeru sua habilitação com herdeira necessária.

O pedido foi julgado parcialmente procedente (e-STJ, fls. 180/187).

Interposta apelação por CLAUDEMIR e outro, a 2ª câmara de direito privado do Tribunal de Justiça de Mato Grosso deu-lhes provimento, em acórdão assim ementado:

*AÇÃO DE HABILITAÇÃO DE HERDEIRO – DECISÃO EXTRA PETITA – AÇÃO IMPRÓPRIA - PRELIMINAR RECHAÇADA - UNIÃO DE FATO – COMUNHÃO PARCIAL DE BENS – ARTIGO 1725 DO CC – DIREITOS HEREDITÁRIOS DO ‘DE CUJUS’ – IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECER CONCORRÊNCIA COM HERDEIROS – ARTIGOS 1.658 E 1659, I DO CÓDIGO CIVIL – AÇÃO JULGADA PROCEDENTE – SENTENÇA REFORMADA – AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE – CONDENAÇÃO DA AUTORA NOS CUSTOS DO PROCESSO E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – SUSPENSÃO – ARTIGO 98, § 6º DO CPC – JUSTIÇA GRATUITA. Recurso conhecido e provido.*

# Superior Tribunal de Justiça

1. O juiz aplica o direito aos fatos que lhes são postas para análise em sede de processo judicial. Não há, por consequência, em se falar em julgamento extra pedido quando a parte pretende ser incluída como herdeira sucessora e a sentença lhe defere o pedido como herdeira concorrente. **PRELIMINAR REJEITADA**, não se falando, no caso, de violação do princípio da não surpresa, capitulado no artigo 10 do Código de Processo Civil.

2. Não há o que se falar em impropriedade da ação que, malgrado ter sido proposta contra o espólio, traz no polo passivo a perfeita identificação dos herdeiros para serem citados já que existia partilha já homologada por sentença judicial, aproveitando-se os atos válidos, mesmo feitos de outro modo em face da confusa peça inicial, abolindo o excesso de formalismo para se chegar a decisão de mérito, princípio estabelecido no vigente diploma processual civil. **PRELIMINAR REJEITADA**, não se falando em inadequação da via eleita.

3. **MÉRITO** - Na união estável, salvo acordo escrito em pacto firmado, entre os companheiros, para fins e efeitos de direitos patrimoniais, equipara-se, no que couber, ao regime jurídico do casamento em comunhão parcial de bens (artigo 1725 do CC).

3. Desta forma, à companheira, com o falecimento de seu companheiro, somente cabe divisão do patrimônio amealhado pelo casal durante o prazo da união estável, comunicando-se apenas os bens que sobrevieram ao casal, na constância da união estável (artigo 1658 do CC).

4. Direitos hereditários, em face do falecimento do companheiro não são comunicáveis, a não ser se, antes, formalizaram os conviventes contrato por escrito a respeito da questão. Valendo-se esta situação jurídica em caso de dissolução da união estável em vida, por consequência lógica, se a vontade foi manifestada em um determinado sentido, de todo descabido que o legislador, em sede de direito sucessório, de forma arbitrária e desarrazoada e com afronta à própria vontade das partes, acabe por geral enriquecimento sem causa, pois confere bens a quem não contribuiu para sua aquisição.

5. Excetua os bens que cada companheiro possuir ao formalizar a união de fato, e os que lhe sobrevierem na constância do casamento, por doação ou sucessão e os sub rogados em seu lugar. (artigo 1659, I, CC/02). Inexistindo bens a serem partilhados quando da formação da união estável, apenas concorrerá com os herdeiros descendentes do companheiro falecido se houver bens particulares adquiridos durante a vigência do relacionamento, nestes não se incluindo os direitos hereditários, não havendo comunhão, não havendo participação da companheira em sua aquisição, e, neste contexto, são incommunicáveis, concorrendo apenas os herdeiros, seus filhos.

6. Vencido em grau recursal, responde pela totalidade da sucumbência, custos do processo e honorários advocatícios, estes

# Superior Tribunal de Justiça

*suspensos, por força de que a parte vencida está litigando sob auspícios da justiça gratuita, égide da Lei 1.060/50 c/c artigo 98, § 6º, do CPC. Entretanto, se forem encontrados bens, tal suspensão pode, a qualquer momento, ser sustada, independente de manifestação judicial a respeito (e-STJ, fls. 429/430).*

Inconformada, SANTINA interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação do art. 1.845 do CC/02 alegando que deve ser reconhecida sua condição de herdeira necessária em concorrência com os filhos do falecido, com o qual conviveu em união estável.

Suscitou dissídio jurisprudencial.

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do TJMT inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 1.122/1.179).

É o relatório.

DECIDO.

Para melhor examinar a controvérsia suscitada, **CONHEÇO** do agravo para determinar a sua autuação como recurso especial (art. 253, II, d, do Regimento Interno do STJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator